



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PEDAGOGIA

ALINE DE SOUSA

**Ensino Remoto no DF: análise do caminho percorrido pela educação do
Distrito Federal no contexto da pandemia**

Brasília – DF

2023

ALINE DE SOUSA

**Ensino Remoto no DF: análise do caminho percorrido pela
educação do Distrito Federal no contexto da pandemia**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia à comissão examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Catarina de Almeida Santos

Brasília – DF

2023

ALINE DE SOUSA

**Ensino Remoto no DF: análise do caminho percorrido pela educação do
Distrito Federal no contexto da pandemia**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de licenciatura em Pedagogia à comissão
examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de
Brasília.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Catarina de Almeida Santos

Brasília, 24 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Catarina de Almeida Santos – UnB
Orientadora

Profa. Dra. Ana Sheila Fernandes – UnB
Examinadora

Profa. Dra. Shirleide Pereira da Silva Cruz – UnB
Examinadora

Profa. Dra. Ana Maria Albuquerque Moreira – UnB
Suplente

Brasília – DF

2023

“O mundo não é, o mundo está sendo”
- Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho traz dados sobre a pandemia da Covid-19, que teve um impacto significativo na educação em todo o mundo. Com o fechamento de escolas e a necessidade de distanciamento social, as instituições educacionais tiveram que se adaptar rapidamente ao ensino remoto para garantir a continuidade do processo de ensino-aprendizagem. Essa transição trouxe desafios para alunos, professores, gestores escolar e famílias, como a falta de acesso à tecnologia, dificuldades de engajamento dos alunos e a necessidade de repensar as metodologias de ensino. A pandemia destacou a importância da flexibilidade e da inovação na educação, bem como a necessidade de abordar questões de desigualdade e acesso equitativo à educação. Com uma pesquisa básica, exploratória e de cunho qualiquantitativo o trabalho traz à tona as perspectivas de professores do Ensino Fundamental 1 sobre a implementação do ensino remoto em uma escola localizada em Ceilândia, no Distrito Federal.

Palavras-chave: Covid-19; Educação; Distrito Federal; Pandemia; Ensino Fundamental

ABSTRACT

This work brings data on the Covid-19 pandemic, which had a significant impact on education around the world. With the closure of schools and the need for social distancing, educational institutions had to quickly adapt to remote teaching to ensure the continuity of the teaching-learning process. This transition brought challenges for students, teachers and families, such as lack of access to technology, difficulties in student engagement and the need to rethink teaching methodologies. The pandemic has highlighted the importance of flexibility and innovation in education, as well as the need to address issues of inequality and equitable access to education. With a basic, exploratory and quali-quantitative research, the work brings to light the perspectives of Elementary School 1 teachers on the implementation of remote teaching at a school located in Ceilândia, in the Federal District.

Keywords: Covid-19; Education; Federal District; Pandemic; Elementary School

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS:

Figura I: 1ª DECRETO DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA COVID-19 do DF	22
Figura II: ESCOLA EM CASA DF.	29
Figura III: CALENDÁRIO DIVULGADO PELA SEEDF	31
Figura IV: MAPA DE CEILÂNDIA	36

GRÁFICOS:

Gráfico I: TURMA QUE O PROFESSOR LECIONA.	40
Gráfico II: NÍVEL DE DIFICULDADE EM ACESSAR PLATAFORMAS PARA AS AULAS ONLINE.	42
Gráfico III: NÍVEL DE DESENVOLTURA DURANTE A PREPARAÇÃO DE ATIVIDADES REMOTAS.	43
Gráfico IV: CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E APROVEITAMENTO DE TURMAS NO ENSINO REMOTO.	44
Gráfico V: EXPERIÊNCIA DOS PROFESSORES COM O ENSINO REMOTO ANTES DA PANDEMIA.	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança
CED	Centro Educacional de Ensino
CEE	Centro de Ensino Especial
CEF	Centro de Ensino Fundamental
CEI	Campanha de Erradicação de Invasões
CEI	Centro de Educação Infantil
CEM	Centro de Ensino Médio
CEPT	Centro de Educação Profissional e Tecnológica
CIL	Centro Interescolar de Línguas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
DOU	Diário Oficial da União
EaD	Educação a Distância
EC	Escola Classe
EF1	Ensino Fundamental 1
EPAR	Escola Parque
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
GDF	Governo do Distrito Federal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MPV	Medida Provisória
NSE	Nível Socioeconômico
OIE	Organização Mundial para a Saúde Animal
OMS	Organização Mundial da Saúde
QI	Setor Industrial
SEEDF	Secretaria de Estado e Educação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

MEMORIAL	12
INTRODUÇÃO	14
1. A PANDEMIA	17
1.1. Contextualizando	17
1.2. Pandemia no Distrito Federal	21
1.3. Caminho Percorrido	24
2. A PESQUISA	32
2.1. Metodologia da Pesquisa	32
2.2. Apresentando a Ceilândia	33
2.3. Apresentando a Instituição	36
2.4. Dados da Pesquisa	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	48
PERSPECTIVAS FUTURAS	55

MEMORIAL

Quando pequena fui uma criança cheia de entusiasmo e curiosidade, cujo sonho era se tornar uma professora, lembro-me que amava ir à escola, brincar de escolinha, ganhar cadernos de atividades e livros para colorir. Antes mesmo de aprender a escrever já fazia cartinhas na tentativa de imitar letra cursiva, entregava folhas com desenhos coloridos e ricos em garatujas para meus pais e avós, cuja interpretação dos dizeres era feita no ato da entrega juntamente com minha irmã gêmea, Ângela, que foi e é minha parceira de estudos. Ângela é muito mais que uma parceira de estudo, é minha parceira de vida, aprendemos a ler, a escrever, a desenhar, começamos e terminamos o ensino da educação básica tudo sempre juntas. Ela sempre foi uma criança tímida, hoje é uma enfermeira dedicada, e sua determinação e persistência, com certeza, fizeram toda diferença na minha vida.

O ingresso na Universidade de Brasília, em 2016, foi, certamente, uma grande alegria não só para mim como também para minha família. Fazer Pedagogia era um sonho, sempre gostei da área da educação e me sentia instigada a saber mais sobre esse universo.

Durante minha formação na Universidade tive a oportunidade de participar de diversos eventos, seminários, rodas de conversa, palestras e pesquisas, mas o que, sem dúvidas, mais me impactou foi o programa de Residência Pedagógica. Durante 18 meses pude, além de conhecer pessoas maravilhosas, vivenciar o ambiente escolar de forma mais ampla, conhecer a dinâmica da sala de aula, lidar com diferentes tipos de alunos e compreender as demandas e desafios do trabalho docente. Isto me ajudou a desenvolver a confiança e a autonomia para querer atuar como professora e foi, certamente, uma virada de chave na minha autopercepção como futura docente. E, também, através desta experiência tive a oportunidade de redigir um artigo e pude, juntamente com outras colegas deste mesmo programa e a preceptora, apresentá-lo em um congresso que aconteceu na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Um momento marcante e muito gratificante.

Em 2020, aconteceu algo que impactou todo o mundo inesperadamente, a pandemia da Covid-19. Em pouco tempo, vi minha vida e a da minha família em cheque. Momentos de incertezas, isolamento social, restrição de atividades, cuidado redobrado com questões de higiene, muita insegurança, momento que assustadoramente levou milhares de brasileiros, dentre eles alguns familiares, como

meu querido tio Altair. Um homem espontâneo e engraçado, não media esforços para arrancar um sorriso das pessoas que os cercavam, o famoso “tio do pavê”. Irrecuperável perda, faleceu pouco antes de liberarem a esperança, a vacina contra Covid. Como sinto falta das gargalhadas durante o almoço de domingo.

Ao longo deste tempo despertei-me para as fragilidades da vida, um momento de profunda tristeza, a falta de entusiasmo e reflexão. Mas de todo modo, fico grata pela vacina, pela vida e pela oportunidade de continuar os estudos diante de tantos impasses.

Ao longo desses anos na Universidade, tornei-me uma pessoa mais responsável, segura e madura. A experiência na Universidade mudou toda minha concepção de vida, abriu diversos caminhos e me sinto capaz de discutir sobre a educação como um direito, sobre a luta pela educação, aprendi também a me reconhecer como um ser e a refletir sobre minha posição no mundo quanto ser consciente.

INTRODUÇÃO

Antes de tudo, cabe pontuar que essa pesquisa nasceu de experiências vivenciadas pela própria autora, ela testemunhou as dificuldades e o cotidiano de colegas professores que precisaram se reinventar para prosseguir com seu trabalho e manter o engajamento e a concentração dos alunos via ensino remoto, durante a pandemia da Covid-19 em 2020.

Foi a partir de tal cenário que as inquietudes científicas surgiram. Observar de perto essa realidade despertou interesse em compreender como os docentes estavam enfrentando esse momento. Nesse sentido, delimitou-se a temática acerca das percepções de professores sobre o ensino remoto nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em outras palavras, os entendimentos que esses sujeitos tiveram acerca do ensino remoto e de todas as dificuldades e novidades trazidas com ele na conjuntura da crise sanitária mundial. É importante esclarecer que o recorte nos anos iniciais do Ensino Fundamental baseou-se na atuação profissional da autora, que já estava inserida no meio deste segmento escolar.

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a Covid-19 como uma pandemia, termo que se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade (HISTÓRICO, s.d.). Segundo a instituição, ela causou a morte de quase 15 milhões de pessoas em todo o mundo, um número que representa um total de 13% mais óbitos do que o normalmente esperado (GRIMLEY; CORNISH, STYLIANOU, 2022). A rápida contaminação causada pelo vírus SARS-CoV-2 fez com que o Ministério da Saúde indicasse medidas não farmacológicas, como distanciamento social, etiqueta respiratória e de higienização das mãos, uso de máscaras, limpeza e desinfecção de ambientes, isolamento de casos suspeitos e confirmados e quarentena (BRASIL, 2021).

Em função dessas recomendações, diversos estabelecimentos tiveram que suspender as atividades presenciais, a exemplo de comércios, templos religiosos, faculdades e escolas dos setores públicos e privados. Cada setor teve que se reinventar para manter suas portas abertas e garantir a continuidade dos serviços. Dentre eles, as instituições de ensino foram obrigadas a aderir ao ensino remoto no intuito de manter o processo de ensino-aprendizagem em andamento, assegurando o direito à educação previsto na Constituição brasileira (BRASIL, 1988).

A nova modalidade de ensino trouxe inúmeros desafios a toda comunidade escolar, haja vista que se tratava de um novo modelo de ensino do qual não estavam habituados. As escolas precisaram se adaptar rapidamente, aderindo à tecnologia como aliada para a manutenção das atividades, preservando a saúde de todos. Porém, se adaptar ao novo formato, após vários anos de aulas presenciais, não foi um processo fácil, nem para a própria instituição e nem para as famílias e os discentes.

As escolas tiveram que enfrentar problemas como: evasão escolar, sobretudo do educação infantil, visto que não havia mais obrigatoriedade do cumprimento dos 200 dias obrigatórios do ano letivo e a carga mínima de 800 horas exigidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); aderir a plataformas que viabilizassem as aulas remotas; investir em formação da equipe pedagógica para fazer o manuseio correto do sistema; garantir o engajamento dos alunos nas aulas; e adaptar a metodologia de ensino a nova realidade.

Feitas essas considerações, é importante destacar que essa pesquisa foi desenvolvida com base na seguinte questão central: Quais foram as percepções dos professores de uma escola pública da rede de ensino do DF sobre o ensino remoto ocorrido em 2020? Acredita-se que a nova modalidade de ensino foi percebida por tais sujeitos como um novo desafio que precisou ser superado, naquele momento, para a ininterrupção do processo de ensino aprendizagem das crianças.

Para a comprovação da hipótese, percorrer-se-á o seguinte objetivo geral: Levantar e analisar as percepções dos professores de uma escola pública da rede de ensino do DF sobre o ensino remoto ocorrido em 2020. Junto a ele, serão realizados quatro objetivos específicos: i) descrever o conceito de pandemia; ii) elucidar através de fatos cronológicos o período inicial da pandemia da Covid-19 no mundo, no Brasil e no Distrito Federal; iii) apresentar as percepções dos professores sobre o ensino remoto.

Cabe pontuar que já existem estudos a respeito das percepções dos professores sobre o ensino remoto durante a pandemia, todavia, dentre todas as publicações existentes, esse estudo se diferencia na medida em que investiga a comunidade escolar envolvida em uma realidade bem específica, fato que pode trazer novos debates para a área da Pedagogia, bem como evidenciar de que modo tal realidade influenciou na superação das dificuldades trazidas pela pandemia. Ao apontar estas dificuldades, será possível promover uma maior reflexão sobre a política

de acessibilidade do ensino público no Distrito Federal e trabalhar para seu aperfeiçoamento.

Resta ainda divulgar as opções metodológicas que nortearam o desenvolvimento do trabalho. Quanto à natureza, a pesquisa será básica, pois objetivará gerar novos conhecimentos para área de Pedagogia. No tocante aos objetivos, será exploratória, haja vista que pretenderá obter dados e informações acerca do ensino remoto durante a pandemia. Para a coleta dos dados, foram utilizados: Pesquisa bibliográfica; Estudo de caso com os profissionais de uma escola localizada na Região Administrativa de Ceilândia¹; e aplicação de questionários online. Por fim, a análise dos dados será feita a partir da abordagem quali-quantitativa, que identifica, sintetiza e problematiza as estatísticas.

A escolha pela escola de Ceilândia pautou-se em dois critérios: na proximidade em relação à autora e no fato de constituir uma comunidade escolar específica – questão que proporciona a possibilidade de um estudo mais preciso da situação. As perguntas realizadas no questionário serão referentes às percepções dos docentes sobre a pandemia durante o ano de 2020, pois esse foi o primeiro ano do evento, quando as escolas e as famílias estavam se adaptando à nova realidade.

Por fim, esse trabalho está estruturado em 2 tópicos. No primeiro, intitulado Contextualizando, será discutido o cenário que o trabalho propõe-se a discutir, o conceito e estatísticas da pandemia e as dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar dentro deste cenário. No segundo, denominado A Pesquisa, abordar-se-á os métodos utilizados para alcançar o objetivo deste trabalho e apresentar a região administrativa que foi escolhida para pautar esta pesquisa. Por fim, nas Considerações Finais, os argumentos serão sintetizados à luz dos objetivos propostos.

¹ o Distrito Federal é dividido em regiões administrativas, cada uma com seu próprio administrador, conselho local e estrutura de governo municipal. Assim, a separação dentro do Distrito Federal ocorre através da subdivisão em regiões administrativas, garantindo uma gestão localizada e descentralizada para atender às necessidades da população em diferentes partes da capital do Brasil.

1. A PANDEMIA

1.1. Contextualizando

Pandemia, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), é a disseminação mundial de uma nova doença e este termo passa a ser utilizado quando uma epidemia (surto que atinge uma região) se espalha por diferentes continentes com transmissão direta de pessoa para pessoa (FIOCRUZ, 2021).

No decorrer da história da humanidade foram registradas algumas pandemias. Em 430 a.C., a Peste do Egito matou um quarto das tropas atenienses e um quarto da população da cidade no decorrer da Guerra do Peloponeso. As mortes ocorreram em velocidade mais rápida que a transmissão e a causa da peste foi a febre tifóide. Nos anos de 165 a 180, a Peste Antonina foi possivelmente causada pela varíola e matou um total de cinco milhões de pessoas. Em 250 a 271, a Peste de Cipriano, possivelmente causada por varíola ou sarampo, iniciou-se nas províncias orientais e espalhou-se pelo Império Romano inteiro. Segundo relatado, em seu auge chegou a matar 5.000 pessoas por dia em Roma. A partir do ano 541, houve a Peste de Justiniano, a primeira contaminação registrada de peste bubônica, matando dez mil pessoas por dia e eliminando até um quarto da população do Oriente Médio. Oitocentos anos depois, a peste bubônica voltou à Europa em 1300, conhecida como Peste Negra, e matou vinte milhões de europeus em seis anos. Entre os anos de 1918 e 1920, ocorreu a Gripe Espanhola, que foi uma pandemia do vírus influenza (H1N1) que infectou quinhentos milhões de pessoas, aproximadamente um quarto da população mundial na época. O número de mortos estimado é entre 17 milhões a 50 milhões, com algumas projeções de até 100 milhões. Mais recente, com início em 2009 e fim em 2010, ocorreu a Gripe Suína, causada também pelo vírus H1N1. A origem do vírus é de porco e aves, causando a morte de aproximadamente 300 mil pessoas em 187 países (FIOCRUZ, 2021).

Segundo a OMS, a Covid-19 é uma pandemia (FIOCRUZ, 2021). Covid-19 é a abreviação de “doença de coronavírus 2019” e é o nome de uma doença viral que seguiu as melhores práticas da OMS para nomeação de novas doenças infecciosas humanas. Essas práticas foram desenvolvidas em consulta e colaboração com a Organização Mundial para a Saúde Animal (OIE) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

A Covid-19 é causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Os Coronavírus (CoVs) são vírus zoonóticos que podem infectar diversas espécies animais e também os humanos. Entre os animais, os morcegos são os mamíferos que abrigam o maior número de CoVs e são hospedeiros naturais. Os animais domésticos ou domesticados são importantes hospedeiros intermediários que tornam possível a transmissão do vírus dos hospedeiros naturais para os humanos. Os morcegos podem ser os hospedeiros naturais do vírus SARS-CoV-2, porém não é possível afirmar se outro hospedeiro animal intermediário ou de amplificação estaria relacionado à Covid-19 (KHALIL, 2020). A OMS notificou, entre 2002 e 2003, 774 mortes decorrentes da síndrome respiratória aguda grave (Sars-CoV) e, em 2012, 858 mortes foram causadas pela síndrome do oriente médio (Mers-CoV), na Arábia Saudita, ambas as doenças causadas por membros da família do coronavírus. Oito anos depois, em 2019-2020, o mundo enfrenta o vírus em mutação, se expandindo, principalmente de forma assintomática, como uma infecção crescente, com sintomas mais leves que a Sars-CoV e Mers-CoV, mas com maior e mais rápida transmissão, trazendo dessa forma grandes impactos para os sistemas de saúde (OLIVEIRA et al, 2020).

O primeiro caso de Covid-19 foi confirmado em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China. O aumento rápido do número de casos caracterizou-se como um surto, de forma que, no final de janeiro de 2020, a OMS declarou o cenário como uma emergência em saúde pública de interesse internacional. Em Wuhan, as primeiras medidas de controle foram a proibição de reuniões públicas, o fechamento de locais de entretenimento, a suspensão do transporte público, higienização de ruas e prédios, e o isolamento domiciliar obrigatório a todos os cidadãos. A disseminação do vírus para outros locais foi acelerada devido a globalização e a falta de conhecimento acerca da doença para que houvesse adoção de medidas restritivas para os viajantes. Dessa forma ocorreu a expansão do vírus para todos os continentes.

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou a Covid-19 como pandemia e instituiu as medidas a serem adotadas para prevenção e enfrentamento da doença. Dentre as medidas estavam a higienização das mãos com água e sabão e uso de álcool em gel quando a água e o sabão não fossem possíveis; evitar tocar olhos, nariz e boca; proteger as pessoas ao redor ao espirrar ou tossir, com adoção da etiqueta respiratória, pelo uso do cotovelo flexionado ou lenço descartável. Também recomendou a distância social de no mínimo um metro, evitar aglomerações e o uso

de máscara em caso de gripe ou Covid-19, ou se profissional de saúde no atendimento de pessoas infectadas ou com sinais clínicos suspeitos.

No Brasil, o Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, no dia 3 de fevereiro de 2020, através da Portaria nº 188, devido os casos de infecção humana pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2), embora nesse período ainda não houvesse nenhum caso confirmado da doença.

Foi, então, sancionada a LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 que “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus” (BRASIL, 2020). Esta lei, que tinha o objetivo de proteger a saúde dos residentes no país, estabelecia medidas que seriam adotadas em resposta à emergência de saúde pública de interesse internacional. Dentre essas medidas estão: isolamento; quarentena; determinação de realização compulsória de exames médicos, testes laboratoriais, coleta de amostras clínicas, tratamentos médicos, vacinação e outras medidas profiláticas; a isenção de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da pandemia entre outros. (BRASIL, 2020).

Com isso, medidas administrativas puderam ser tomadas para que o Brasil se preparasse para o enfrentamento da pandemia. No dia 26 de fevereiro, em São Paulo, foi notificado pelo Ministério da Saúde o primeiro caso de infecção no Brasil pelo novo coronavírus. (OLIVEIRA et al, 2020). Até o dia 6 de fevereiro de 2023, no Brasil foram confirmados 36.878.774 casos de Covid-19, sendo 35.991.588 pacientes que se recuperaram da doença, 697.439 óbitos confirmados e 187.747 casos em acompanhamento (BRASIL, 2023). No mundo, até a mesma data, foram confirmados 754.367.807 de casos de Covid-19, 6.825.461 óbitos e 13.168.935.724 de doses de vacinas administradas (WHO, 2023). As medidas de prevenção contra a Covid-19 recomendadas pela OMS são: manter, pelo menos, um metro de distância entre si e os outros para reduzir o risco de ficar infectado quando as outras pessoas tosse, espirram ou falam; manter uma distância ainda maior entre si e os outros, quando se encontrar num ambiente fechado; usar sempre máscara, quando estiver com outras pessoas; evitar espaços fechados, com muita gente, ou que obriguem a contato próximo com outras pessoas; lavar regularmente as mãos com uma solução à base de álcool ou lavar com água e sabão; evitar tocar nos olhos, nariz e boca; cobrir a boca e o nariz com o cotovelo dobrado ou com um lenço de papel, quando tossir ou espirrar; limpar e desinfetar frequentemente as superfícies, em especial aquelas que

são regularmente tocadas, tais como puxadores de portas, torneiras e telas de telefones (WHO, 2023).

O Ministério da Saúde recomenda as medidas não farmacológicas para a prevenção da Covid-19, como distanciamento social, etiqueta respiratória e de higienização das mãos, uso de máscaras em serviços de saúde e população em geral, limpeza e desinfecção de ambientes, isolamento de casos suspeitos e confirmados e quarentena dos contatos dos casos de Covid-19, conforme orientações médicas. Recomenda também a vacinação contra a Covid-19 dos grupos prioritários conforme o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Indica que estas medidas devem ser realizadas de forma integrada, para controlar a transmissão do SARSCoV-2 e permitir também a retomada gradual das atividades dos vários setores e o retorno seguro do convívio social (BRASIL, 2021).

De acordo com a OMS, para acabar com a pandemia Covid-19, é primordial o acesso equitativo a vacinas seguras e eficazes. Entretanto, a vacinação é a responsável pelo fim da pandemia. Para isso, deve-se garantir o acesso às vacinas e garantir que as populações de todos os países as recebam (WHO, 2023). No Brasil, a primeira dose da vacina contra a Covid-19 foi aplicada em São Paulo, na data de 17 de janeiro de 2021 em uma enfermeira (GLOBO, 2022). Segundo o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), as vacinações são recomendadas para crianças a partir de 5 anos de idade, adolescentes, adultos e idosos.

O isolamento social foi uma das recomendações, tanto por parte da OMS quanto do Ministério da Saúde. Este isolamento interferiu significativamente no desenvolvimento das crianças, acompanhando mudanças psicológicas, prejudicando o aprendizado, causando obesidade, dificuldade de interação social e o aumento de tempo de exposição a telas. As chances de abuso infantil também aumentaram em ambientes familiares desequilibrados devido a exposição das crianças aos agressores. Desta forma, o isolamento social trouxe consequências negativas para o desenvolvimento e comunicação infantil (RANGEL et al, 2022).

Para atender as recomendações de isolamento social, restrição de mobilidade e distanciamento social, diversos países fecharam escolas e foram suspensas as aulas presenciais. Cerca de 137 países, incluindo o Brasil, adotaram esta medida para a contenção da transmissão da Covid-19. Com os avanços nas pesquisas sobre a transmissão e prevenção, concluiu-se que o ambiente escolar não é considerado um super disseminador. Segundo Fonseca et al, o fechamento emergencial das escolas

foi precoce, já que se baseou em epidemias anteriores em que crianças eram as principais transmissoras. O ensino remoto ou online, que foi adotado durante a pandemia, impacta o desenvolvimento das crianças de diferentes formas nas variadas faixas etárias. Períodos longe da escola podem atingir aspectos de saúde mental e processo de aprendizagem das crianças (FONSECA et al, 2020).

1.2. Pandemia no Distrito Federal

Após pronunciamento da OMS declarando Covid-19 como pandemia e instituindo medidas a serem adotadas para prevenção e enfrentamento, no DF o governador Ibaneis Rocha determinou através do decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020 a suspensão temporária de aulas e eventos no DF por cinco dias, este foi o primeiro decreto publicado pelo governador a respeito da Covid-19. Além disso, os bares e restaurantes deveriam dispor entre suas mesas a distância mínima de dois metros.

Figura 1: 1ª DECRETO DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA COVID-19 do DF

DECRETO Nº 40.509, DE 11 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

Considerando que o DF já elaborou o Plano de Contingência Distrital em fevereiro de 2020, devido a necessidade de se estabelecer um plano de resposta a esse evento e também para estabelecer a estratégia de acompanhamento e suporte dos casos suspeitos e confirmados;

Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Distrito Federal; DECRETA:

Art. 1º As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, no âmbito do Distrito Federal, ficam definidas nos termos deste Decreto.

Art. 2º Ficam suspensos, no âmbito do Distrito Federal, pelo prazo de cinco dias, prorrogáveis por igual período:

I – eventos, de qualquer natureza, que exijam licença do Poder Público, com público superior a cem pessoas;

II – atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada;

Art. 3º Os bares e restaurantes deverão observar na organização de suas mesas a distância mínima de dois metros entre elas.

Art. 4º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, mesmo antes do prazo estipulado no art. 2º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de março de 2020.

132º da República e 60º de Brasília

IBANEIS ROCHA

Fonte 1: DISTRITO FEDERAL, 2020

O documento logo foi revogado pelo Decreto 40.520 de 14 de março de 2020, que foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) que manteve suspenso por 15 dias atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada do Distrito Federal, além de eventos, de qualquer natureza, que exijam licença do Poder Público, com público superior a cem pessoas e agora também atividades de cinema e teatro. Esse decreto determinava que essas datas de suspensão contariam como recesso escolar de no máximo 15 dias para a rede pública de educação e que a rede privada poderia adotar essa medida ou apenas determinar a suspensão das aulas. Pelo decreto as atividades

esportivas continuariam desde que com portões fechados ao público e mediante autorização sanitária determinada pela Subsecretaria de Vigilância à Saúde do Distrito Federal e Termo de Compromisso assinado pelos organizadores. O artigo 6º determinava que

qualquer servidor público, empregado público ou contratado por empresa que presta serviço para o Distrito Federal, que apresentar febre e/ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais) ou que tenha retornado de viagem internacional, nos últimos dez dias, deverá permanecer em casa e adotar o regime de teletrabalho, conforme orientação da chefia imediata (DISTRITO FEDERAL, 2020).

Além disso, a determinação estabelece que pessoas físicas e jurídicas sujeitem-se ao cumprimento das medida, caso contrário, seu descumprimento acarretaria responsabilização, nos termos previstos em lei (DISTRITO FEDERAL, 2020).

Com o avanço dos casos de Covid-19 no DF, foi divulgado no em edição extra do Diário Oficial da União no dia 18 de março de 2020 o decreto 40.539 onde suspendia também as atividades em academias de esportes, zoológico, parques, boates e casas noturnas, museus, shopping, feiras, agências bancárias e cooperativas de crédito, cultos e missas de qualquer credo ou religião, bares, restaurantes, lojas de conveniências, salões de beleza e centros estéticos. Ficaram fora da lista de restrição comerciais apenas os serviços que logo após foram considerados essenciais pelo decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, sendo eles: clínicas médicas, laboratórios, farmácias, supermercados e lojas de materiais de construção e produtos para casa atacadistas e varejistas, minimercados, mercearias, padarias (exclusivamente para venda de produtos), açougues, peixarias, postos de combustíveis, e operações de delivery (DISTRITO FEDERAL, 2020). Foi, então, considerado o início da quarentena comunitária, também conhecida como lockdown no DF. Lockdown é a medida de distanciamento social mais rigorosa imposta pelos governos, em que as pessoas em geral devem ficar em casa, saindo apenas para obter alimentos e dirigir-se a serviços considerados essenciais.

Vale ressaltar e diferenciar as nomenclaturas utilizadas até aqui para definir as reações à pandemia. Distanciamento social, quarentena, isolamento social e lockdown. Distanciamento social é a redução do contato físico entre as pessoas da comunidade para reduzir a taxa de transmissão do vírus. A quarentena é uma restrição de tarefas ou isolamento de pessoas que podem ter sido expostas a uma doença infecciosa, mas não estão doentes (porque ainda não estão infectadas ou porque estão em período de incubação) e de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação (DISTRITO FEDERAL, 2020). O isolamento social, por sua vez, é a medida que visa separar as pessoas doentes (com sintomas respiratórios, casos suspeitos ou confirmados de coronavírus) das pessoas que não estão doentes, para evitar a propagação do vírus, faz-se isolamento, também, nas bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais possivelmente afetadas. O lockdown, como citado anteriormente, é uma intervenção utilizada numa determinada região com o objetivo de limitar a interação entre as pessoas, a fim de diminuir a propagação do vírus que se faz necessário quando as medidas de distanciamento social, quarentena e isolamento não são suficientes (PFEIL, 2020).

1.3. Caminho Percorrido

Dentro do contexto de lockdown e incertezas, para que não fossem completamente paralisados e houvesse continuidade às atividades escolares fez-se necessário a adoção de um Ensino Remoto Emergencial (ERE). Diferente da Educação a Distância (EaD), que é prevista no Decreto nº 9.057/2017 (BRASIL, 2017), não se havia discussão dentro do país acerca desta/modalidade, não havia padronização e nem estudos sobre o assunto. Mas, antes de explicitar as dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar neste contexto, faz-se importante esclarecer as definições e diferenças destas duas modalidades de ensino (EaD e Ensino Remoto).

O Ensino a Distância (EaD) permite que os estudantes tenham acesso a cursos e programas educacionais sem a necessidade de presença física em uma sala de aula tradicional. Os meios utilizados podem ser: material impresso, digital, televisivo, radiofônico, áudio, vídeo, de forma online ou offline (CNDE, 2020). No Brasil, as bases legais para a modalidade do EaD foram estabelecidas no artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o qual reconheceu a EaD como uma forma modalidade

educativa, requerendo autorização e regulamentação pelos órgãos competentes. A regulação da EaD no país é feita pelo Ministério da Educação (MEC), que estabelece critérios e diretrizes para a oferta de cursos a distância.

O Ensino Remoto Emergencial, por sua vez, foi a forma que as instituições de ensino tiveram para dar continuidade aos processos educativos, comumente realizados nas escolas, com a necessidade do distanciamento social e a suspensão das aulas presenciais. A Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020 do MEC, dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Para diminuir prejuízos aos estudantes, o ensino remoto foi implementado de forma emergencial, utilizando-se para tal plataformas de reunião online, *Google Meet*, e redes sociais, grupos em *Whatsapp*, para assegurar o ensino-aprendizagem dos estudantes durante o isolamento social e certificar que fosse garantido seu direito à educação previsto na Constituição de 1988.

No dia 11 de abril de 2020, foi publicada no DOU e aprovada pelo então presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, assegurado pelo artigo 62 da Constituição Federal, a Medida Provisória (MPV) nº 934, que estabelecia normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas impostas para enfrentamento da propagação do vírus. Em seu artigo 1º dispensava a obrigatoriedade no cumprimento das instituições de ensino básico o mínimo de 200 dias letivos, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida (para o ensino fundamental e médio) e dispensados de cumprir os 200 dias obrigatórios do ano letivo e a carga mínima de 800 horas (para a educação infantil) exigidos pela LDB (BRASIL, 2020).

Os parâmetros mínimos de carga horária e dias letivos para cada nível educacional, suas etapas e respectivas modalidades estão previstos nos artigos 24 para o ensino fundamental e médio, 31 para a educação infantil e 47 para o ensino superior, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Em 28 de abril, o MEC publicou um parecer com o CNE com assunto: “Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19”. Este documento traz um breve histórico da pandemia, prevê algumas possíveis consequências que a suspensão a longo prazo das atividades escolares presenciais acarretaria, como, por exemplo, retrocessos do

processo educacional e da aprendizagem aos estudantes, danos estruturais e sociais para estudantes e famílias de baixa renda e aumento da evasão escolar, além de orientações para a realização das atividades não-presenciais.

Essas orientações foram colocadas apenas como sugestão, podendo os professores e gestores escolares fazê-lo ou não, ou se adaptarem de acordo com a realidade de cada instituição de ensino. Pontuar-se-á algumas dessas sugestões que dizem respeito a realização de: i) aulas gravadas de acordo com o planejamento de aulas e conteúdo e disponibilizados via plataformas digitais, ii) lista de atividades; exercícios, iii) elaboração de materiais impressos compatíveis com a idade da criança para realização de atividades (leitura, desenhos, pintura, recorte, dobradura, colagem, entre outros); iv) distribuição de vídeos educativos de curta duração; v) realização de atividades on-line síncronas ou assíncronas; vi) exercícios e dever de casa de acordo com os materiais didáticos utilizados pela escola; e viii) organização de grupos de pais, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando professores e as famílias. O documento ainda ressalta que a inovação e criatividade das redes, escolas, professores e estudantes podem apresentar soluções mais adequadas do que as apresentadas (MEC, 2020).

A Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação – EAPE, ofereceu, em junho de 2020, 3 cursos para formação sobre o uso de recursos tecnológicos e ambientes virtuais de aprendizagem para professores, como o curso G Suíte, práticas sociais, design e proposta metodológica, todos on-line, que tinha como objetivo expor e ensinar a utilizar as ferramentas do google direcionadas para a educação e à produção de material didático

Feitas essas considerações, cabe destacar que toda a comunidade escolar sentiu o impacto desta mudança na rotina que causou a implementação do ERE, alunos, pais e professores tiveram que se adaptar a esta nova realidade. Os alunos tiveram seu ambiente de lazer e descanso associados, muitas vezes, também, como ambiente de estudos e concentração, além de que, apesar de dominarem com facilidade as ferramentas digitais tecnológicas, não possuíam maturidade para estudar a distância. Afinal, tal modalidade requer muito mais disciplina, atenção, rotina e inteligência emocional do que a presencial. Os pais, por sua vez, se viram confusos e sobrecarregados, pois, além de estarem lidando com seu próprio trabalho, frequentemente, tiveram que resolver questões para as quais não detinham

conhecimento e/ou didática, principalmente pais com níveis educacionais mais baixos ou recursos mais limitados.

As escolas, com a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020 do MEC, precisaram se adaptar rapidamente, aderindo à tecnologia como aliada para a manutenção das atividades. Porém, se adaptar ao novo formato, após vários anos de aulas presenciais, não foi um processo fácil, nem para a própria instituição e nem para as famílias e os discentes. Os obstáculos do acesso e utilização das tecnologias, tanto pelos docentes quanto pelos discentes, torna-se um desafio, já que, no Brasil, em sua maioria, não há instituída uma cultura de utilização das tecnologias como recurso do cotidiano para contribuir com a formação dos estudantes.

Até então, cada instituição tinha sua forma de dar continuidade às atividades escolares, algumas optaram por padronizar as turmas em uma mesma plataforma, como Google Classroom, Microsoft Teams, Canvas e Zoom, outras deram liberdade aos professores de escolherem como seria esse processo podendo ser de forma síncrona em tempo real, ou forma assíncrona com aulas gravadas e disponibilizadas para os alunos. Coube, muitas vezes, ao professor o papel de escolher a maneira como seria dado acesso, o contato entre docentes, discentes e famílias (podendo ser até por meios não convencionais em redes sociais como whatsapp e facebook), as metodologias utilizadas durante as aulas e a obrigação de ter equipamentos tecnológicos que suprissem as necessidades de uma aula transmitida de forma digital como computador, internet, microfone, câmera, impressora entre outras ferramentas, além das despesas vindas da necessidade de manutenção desses equipamentos.

Segundo Marques (2021), o processo de reorganização e adaptação ao ERE foi definitivamente difícil, mas essa reestruturação motivou de forma positiva um espaço de interação entre os sujeitos ativos do processo, professores buscavam meios de se apropriarem das mídias sociais, para se reinventar, conhecer e aprender a manipular novas tecnologias dentro das suas possibilidades de recursos, e os alunos se apoiaram e tentavam, dentro daquele contexto, se adaptar ao inevitável.

O autor ainda traz à tona algumas observações a respeito de sentimentos pessoais que ele, como docente, teve de ser rompido para que a modalidade de ensino remoto acontecesse, como, por exemplo, a vergonha de estar em frente à câmera e a fragilidade que se encontravam no momento, pela pandemia que insistia em se arrastar, além da insegurança profissional de conseguir sentir, entender e avaliar aquele aluno através de uma tela, que, por vezes, nem sequer ligava sua

câmera e apenas trocava mensagens pelo chat durante as aulas síncronas. Se levarmos em consideração as aulas assíncronas essa realidade pode ficar ainda mais complicada, visto que, as dúvidas surgidas ao longo do processo da aula poderiam ser “perdidas” e não sanadas. (MARQUES, 2021).

Assim como Marques (2021), um estudo realizado por Medeiros (2021) traz discussões acerca do aumento da jornada de trabalho durante o período de pandemia, no que diz respeito à organização do tempo do docente destinado às atividades remotas. Atividades essas que se iniciam com a preparação para a aula, perpassam pela montagem de slides, organização da dinâmica e do tempo da aula, o encontro, nas aulas síncronas, ou gravação, nas aulas assíncronas, à disponibilidade dos docentes para atender os alunos em períodos extraclasse, bem como a correção das atividades atribuídas. A pandemia modificou a relação tempo e trabalho docente quando passou a ser realizado de forma conjunta com as atividades domésticas em ambiente, por muitas vezes, particular à família.

De acordo com pesquisa realizada pela UNICEF em 2021, a faixa etária correspondente pelo EF1, foi a mais afetada pela exclusão escolar causada pela pandemia, segundo a pesquisa as 5,1 milhões de crianças e adolescente que ficaram sem acesso a sala de aula em novembro de 2020 no Brasil, 41% tinham entre 6 e 10 anos de idade, entre as causas está o fato de não conseguirem se adaptar ao ensino remoto, a falta de sociabilização com outras crianças da mesma idade o que prejudica o desenvolvimento social, emocional, cognitivo e linguístico, além de, claro, o atraso na aprendizagem e no processo de alfabetização, tendo em vista que é nessa fase que espera-se que a criança se aproprie da leitura, da escrita e da análise do funcionamento da língua materna e de outras linguagens de modo geral. (BRASIL, 2018, p. 89). Cabe enfatizar que é através da interação com colegas e adultos que as crianças internalizam conhecimentos, valores e comportamentos sociais.

De acordo com Florence Bauer, representante do UNICEF

Crianças de 6 a 10 anos sem acesso à educação eram exceção no Brasil, antes da pandemia. Essa mudança observada em 2020 pode ter impactos em toda uma geração. São crianças dos anos iniciais do ensino fundamental, fase de alfabetização e outras aprendizagens essenciais às demais etapas escolares. Ciclos de alfabetização incompletos podem acarretar reprovações e abandono escolar.[...]

Desde a homologação do decreto Nº 40.509, de 11 de março de 2020, as aulas da rede pública do DF ficaram suspensas, a Secretaria de Estado de Educação do

Distrito Federal (SEEDF) estudava formas para o retorno das mesmas de forma remota. Foi, então, com a portaria Nº 129, DE 29 DE MAIO DE 2020, com a finalidade de dar continuidade às atividades escolares instituiu o Programa Escola em Casa DF com o objetivo de ofertar conteúdos pedagógicos de forma remota aos estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Figura II: ESCOLA EM CASA DF.



Fonte II: ESCOLA EM CASA DF, 2023.

Escola em Casa foi um aplicativo criado pela SEEDF junto com o Laboratório Avançado de Pesquisa, Produção e Inovação em Software (Lappis) da UnB que operava como uma interface permitindo com que o aluno tivesse acesso à sala de aula virtual (Google Classroom) sem a necessidade de estar com seu aparelho eletrônico conectado na internet. Deste modo todo link que o professor postasse no aplicativo o aluno poderia ter acesso sem que fosse necessário a conexão de dados. O aplicativo não cobrava a internet do aparelho, mas sim do dono do aplicativo, ou seja, da SEEDF. Esta medida foi pensada levando em consideração que muitos alunos da rede pública do DF não possuem internet banda larga em suas residências, permitindo maior possibilidade de adesão ao uso da plataforma. Os alunos que não possuíssem em casa celular ou tablet para o estudo não conseguiriam assistir às aulas, visando minimizar ainda mais esse prejuízo esses alunos poderiam retirar as atividades da plataforma de forma impressa na sua unidade de ensino.

A Portaria nº 158 de 10 de julho de 2020 publicada no DOU no dia 14 de julho de 2020, após 4 meses do decreto que suspendia as aulas presenciais, aprovou diversos calendários escolares reorganizados para o ano letivo de 2020 para toda rede pública de educação do DF. Segue o calendário que diz respeito a educação básica e foi validado:

Figura III: CALENDÁRIO DIVULGADO PELA SEEDF



- Período de Acolhimento/Ambientação dos Estudantes: 22/06 a 10/07
- Retomada dos Dias Letivos, Não Presenciais: 13/07
- Sábados letivos: 08/08, 17/10, 07/11, 12/12 e 09/01/2021
- Dia de Formação para Educação Infantil (Horário de Coordenação): 12/08, 16/09 e 21/10
- Planejamento Pedagógico da Comunidade Escolar/Dia Letivo Temático: 18/08 e 05/11
- Feriados: 07/09; 12/10; 02/11; 15/11; 20/11; 30/11; 25/12 e 1º/01/2021
- ◀ Término do 1º Semestre: 25/09
- Semana Temática Letiva: 28/09 a 02/10
- ▶ Início do 2º Semestre: 05/10
- Antecipação do Dia do Professor (Decreto nº 52.682/1963 – 15/10) – 13/10
- Dia Letivo Móvel: 21 e 22/12
- Sugestões de sábados para recomposição dos dias móveis: 28/11, 05/12, 19/12, 16/01 e 23/01/2021
- Receso Escolar para Estudantes e Professores (Lei nº 5.105/2013) – 23 a 31/12
- ◀ Término do Ano Letivo: 28/01/2021
- Avaliação Final: 29/01/2021
- Dia do Estudante – 11/08
- ⋯ Dia do Patrimônio Cultural (Lei Distrital nº 5.080/2013) – 17/08
- Semana da Educação Infantil: 24 a 28/08
- ⋯ Dia Distrital da Educação Infantil (Lei Distrital nº 4.681/2011) – 25/08
- ⋯ Semana da Prevenção ao Uso de Drogas no DF (Lei Distrital nº 1.433/1997) – 14 a 18/09
- Patrono da Educação – Paulo Freire (Lei Federal nº 12.612/2012) – 19/09
- Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (Lei nº 11.133/2005) – 21/09
- Dia do Secretário – 30/09
- Semana Nacional do Livro e da Biblioteca (Decreto nº 84.631/1980) – 23 a 29/10
- ⋯ Semana Distrital da Orientação Profissional/1º Emprego (Lei Distrital: 5.953/2017) – 26 a 30/10
- Dia de Luta contra a Medicalização da Educação e da Sociedade (Lei Distrital nº 5.933/2017) – 11/11
- Dia Distrital do Gestor Escolar (Lei Distrital nº 6.179/2018) – 12/11
- ★ Dia Nacional da Consciência Negra (Lei nº 10.639/2003) – 20/11
- Semana Maria da Penha (Lei Distrital nº 6.325/2019) – 23 a 27/11
- ★ Dia do Orientador Educacional (Lei nº 5.564/1968) – 04/12

Fonte III: BRASIL, 2021

Durante a semana dos dias 8 a 12 de junho houve acolhimento e formação dos professores, onde foram instruídos quanto à utilização da nova plataforma que juntamente com o Google Classroom deram suporte para que as aulas pudessem acontecer de forma remota. Nestas plataformas os professores têm um espaço para entrega e recebimento de atividades e contato com os alunos. No período de 15 a 19 de junho os professores tiveram tempo para criar a turma, convidar alunos e organizar suas turmas dentro do aplicativo, além de produzir conteúdo para alimentar a plataforma durante as aulas que começariam em breve. A partir do dia 22 de junho a 10 de julho deu-se aos estudantes o tempo para que conseguissem se ambientar e acessar a plataforma sem que sua frequência fosse afetada caso algum imprevisto ou problemas com a plataforma acontecesse. Só a partir do dia 13 de julho iniciou-se de forma obrigatória às aulas onde já era possível a aferição da frequência dos alunos.

A implementação deste sistema, com acesso gratuito ao Google Classroom (sala de aula virtual), garantiu a padronização de plataforma educacional oferecida aos estudantes de todas as modalidades do ensino básico do DF. Foi oferecido curso de formação ou manual de instrução para toda a comunidade escolar que precisaria utilizar, em algum momento, esta plataforma.

2. A PESQUISA

A fim de compreender como sucedeu o processo de transição para o ensino remoto, durante o segundo semestre do ano de 2020 foi aplicado um questionário a professores de uma escola e realizada uma entrevista com a coordenadora da mesma instituição de ensino.

2.1. Metodologia da Pesquisa

Foi utilizada a metodologia qualitativa e quantitativa, ou mista, para a realização deste trabalho. Conforme descrito por John Creswell em 2007, pesquisa mista é uma abordagem metodológica que combina métodos quantitativos e qualitativos para investigar fenômenos de pesquisa complexos. Creswell destaca a importância de integrar dados numéricos e descritivos para obter uma compreensão mais profunda e

abrangente dos tópicos de estudo. Essa abordagem permite que se examinem os padrões e as tendências gerais por meio de análises estatísticas, mas também captem as percepções, experiências e interpretações dos participantes por meio de entrevistas, observações e análise de conteúdo. Ao combinar esses métodos, a pesquisa quantiqualitativa enriquece a pesquisa, oferecendo uma perspectiva integral e variada dos fenômenos investigados, abrindo espaço para uma compreensão mais completa e contextualizada das questões de pesquisa.

A Academia Brasileira de Letras, define qualiquantitativo como uma pesquisa “Que une a descrição, classificação e interpretação de informações de caráter empírico (baseadas em entrevistas, grupos focais, fenômenos, etc.) à análise de estatísticas e dados numéricos”.

Conforme a ideia apresentada foi elaborado um estudo de caso de caráter investigativo através de questionário aplicado em formato digital, durante o segundo semestre do ano de 2020 para os 11 discentes e entrevista com a coordenadora de uma única escola localizada na cidade de Ceilândia, no DF.

2.2. Apresentando a Ceilândia

A cidade de Ceilândia foi criada por volta de 1971 e surgiu como uma política do governo militar que após a construção de Brasília, obrigou os trabalhadores a desocuparem a área nobre. Diversos trabalhadores foram expulsos para a periferia a partir da “Campanha de Erradicação de Invasões”, onde a sigla CEI ficou conhecida e transformou-se nas iniciais para o nome da cidade, nome que representa “CEI” da sigla apresentada anteriormente e “lândia” conjugada a partir da terminologia inglesa *land*, que significa “terra” (NASCIMENTO, G.R. 2019).

Os trabalhadores quando terminaram de construir a capital federal, já não eram mais necessários, desta forma, dizia-se que a cidade deveria ser limpa e para o destino dos pobres, quanto mais distante dela, melhor (NASCIMENTO, G.R. 2019).

Esta segregação socioespacial pode ser definida como conjunto de fatores que está atrelado às desigualdades sociais nos espaços urbanos (ALMEIDA, 2023).

Camadas de população são levadas a morar em lugares distantes, com dificuldades de deslocamento a lugares centrais, seja comércio ou local de trabalho, além de serem desprovidas de equipamentos públicos. A segregação vai estar ligada, portanto, ao uso e ao preço do solo urbano, fazendo com que a população de camadas sociais mais baixas more em

lugares longínquos do centro. Assim, existe a dificuldade de acesso aos bens e serviços do espaço urbano (ALMEIDA, 2023).

De acordo com Villaça (1998, p. 142), a segregação faz que “diferentes classes ou camadas sociais tendam a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros da metrópole”. Tendo em vista que Ceilândia está às margens da proposta de plano urbanístico da capital (PAVIANI, 1997), caracteriza-se como vítima da segregação socioespacial, posicionamento este que gerou conflitos pelos direitos mais básicos, como água e energia e, especialmente, habitação.

Em 1971, foram demarcados 17.619 lotes ao norte de Taguatinga, nas antigas terras da Fazenda Guariroba, de Luziânia – GO, para afastar os moradores das invasões do IAPI; das Vilas Tenório, Esperança, Bernardo Sayão e Colombo, dos morros do Querosene e do Urubu e Curral das Éguas e Placa das Mercedes, ocupações estas que tinham mais de 15 mil barracos e mais de 80 mil moradores. A Novacap trabalhou no projeto em 97 dias, começando em 15 de outubro de 1970 (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA, 2021).

Em nove meses, com a transferência das famílias concluída, as ruas estavam abertas, vide projeto do arquiteto Ney Gabriel de Souza, onde os dois eixos se cruzam em um ângulo de 90 graus, criando o formato de um barril. Nos primeiros dias, as pessoas careciam de água, luz pública, transporte público e lutavam contra poeira, lama e enchentes (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA, 2021), realidade essa que fazia com que os primeiros habitantes da nova cidade entrassem em conflito pelo básico, há relatos, inclusive, de mortes devido luta por recurso hídrico.

Sendo assim, percebe-se que desde a sua formação, os moradores de Ceilândia careciam de gozar de direitos básicos. Sem seus direitos, como efeitos desta segregação atualmente, a região de Ceilândia abriga um grande número de pessoas carentes. Na cidade, estudos apontam que mais de 10 mil famílias vivem em extrema pobreza recebendo menos de R\$89,00 mensais. Mais de 3 mil recebem entre 89,00 e 178,00 reais mensais. Mais de 5 mil recebem entre 178,00 e 522,00 reais mensais e cerca de 6 mil recebem em média 522,00 reais mensais (DUTRA, 2021).

Em 25 de outubro de 1989, a Lei 11.921 determinava a nova Região Administrativa do Distrito Federal, que assim, tornava-se a nova cidade-satélite de Ceilândia. O aniversário de Ceilândia é comemorado no dia 27 de março, por força do Decreto n.º 10.348, de 28 de abril de 1987 (BRASIL, 1987).

O território de Ceilândia encontra-se com aproximadamente 230,3 km². Se considerarmos a sua localização e a população da área administrativa a densidade populacional é algo como 1.531,73 hab./km². Ceilândia possui cerca de 352.758 mil habitantes, (DIPOS/CODEPLAN 2022), sendo, assim, é considerada a cidade mais populosa do DF.

No que diz respeito à cultura, com exceção do plano piloto, a cidade de Ceilândia é a única região administrativa do Distrito Federal, que possui um monumento produzido pelo arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, chamado de “A Casa do Cantador”. Considerado como o Palácio da Poesia e da Literatura de Cordel, foi projetado pelo arquiteto inspirado na música Asa Branca, de Luiz Gonzaga, a fim de homenagear os imigrantes nordestinos que vieram a Brasília em busca de uma vida mais próspera.

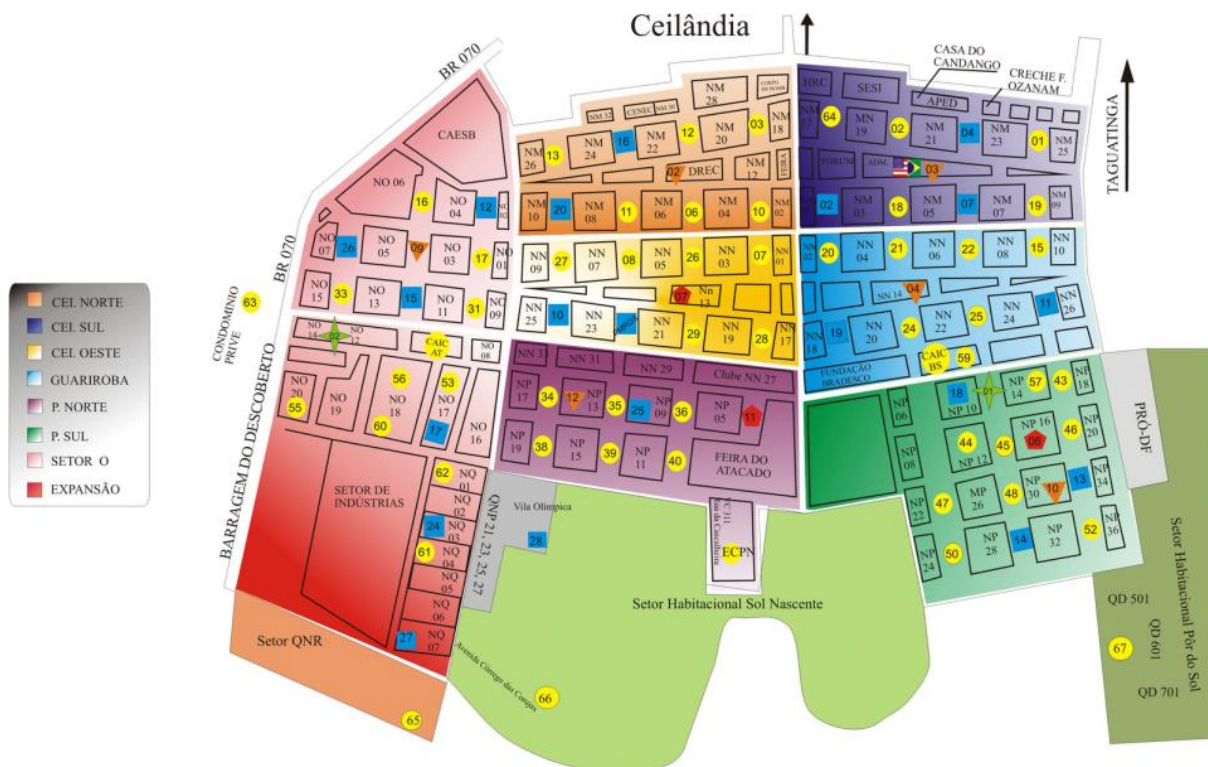
Também é considerada o maior abrigo do Nordeste de todo o DF, pois 48,33% dos habitantes são nordestinos (RIBEIRO, 2018), sendo a maioria piauiense, baiano, maranhense e cearense. A uma curta caminhada na Feira Central de Ceilândia, este fato se confirma, pois neste local encontram-se diversas barracas que vendem pratos típicos da região nordestina e moradores que contam com orgulho suas histórias de vida e vinda à Capital.

Ceilândia é uma região administrativa transcultural. Com participação ativa, de jovens a idosos, a expressão artística se destaca no DF e no país. A cidade tornou-se um polo cultural para promover negócios e, sobretudo, para promover a educação. A cultura da cidade compreende de tudo, como o rap, break, grafite, DJs, o samba, o rock'n roll, teatro, diretores de cinema e atores com diversos projetos idealizados por moradores da região.

Em termos de educação, até a conclusão deste trabalho, a cidade de Ceilândia possui cerca de 97 unidades de ensino público, sendo 52 Escolas Classes (EC) que ofertam turmas de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais podendo ofertar, também, turmas de educação infantil, 24 Centros de Ensino Fundamental (CEF) que ofertam turmas do 6º ao 9º ano dos Anos Finais, 8 Centros Educacionais de Ensino (CED) que oferecem turmas do Fundamental Anos Finais e turmas de Ensino Médio, 6 Centros de Ensino Médio (CEM) que ofertam turmas de ensino médio 1ª, 2ª e 3ª série, 2 Centros de Ensino Especial (CEE), 1 Centro de Educação Profissional e Tecnológica (CEPT), 1 Centro Interescolar de Línguas (CIL), 1 Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC), 1 Centro de Educação Infantil (CEI), 1 Escola Parque

(EPAR)² que oferece aos estudantes da região, em seu contraturno, modalidades esportivas e práticas culturais. E há também 29 creches parceiras, que são creches independentes vinculadas ao Governo do Distrito Federal (GDF).

Figura IV: MAPA DE CEILÂNDIA



Fonte IV: BRASIL, 2016

A cidade é dividida em 8 bairros: Ceilândia Norte, Ceilândia Sul (que são divididos por uma avenida que homenageia o governador que estava em exercício durante o ano que a CEI foi implementada, Av. Hélio Prates), Ceilândia Oeste, Guararioba, P. Norte, P. Sul, Setor O e Expansão.

2.3. Apresentando a Instituição

A pesquisa foi realizada durante o 2º semestre de 2020 com docentes de uma escola pública localizada na cidade de Ceilândia, mais especificamente, na Ceilândia Norte, através de questionário online pela plataforma *Google Forms*. Durante a pandemia, o *Google Forms* se tornou uma ferramenta ainda relevante e importante, pois desempenhou um papel fundamental na comunicação, coleta de informações e

² Única Escola Parque do DF fora do Plano Piloto, inaugurada em 2014.

organização de atividades online. Trata-se de uma ferramenta disponibilizada gratuitamente pelo Google para a criação de formulários e pesquisas online, esta plataforma foi de suma importância para a realização desta pesquisa, visto o contexto de isolamento social que acontecia no período de realização da investigação.

Falaremos, então, de uma Escola Classe, localizada na Ceilândia Norte, que oferta para a comunidade da região turmas de educação infantil e EF1. No ano do estudo, 2020, haviam 23 professores e 484 crianças matriculadas nesta instituição, sendo destes 347 alunos do 1º ao 5º ano e seu Nível Socioeconômico³ (NSE) foi classificado como 5 (QEDUACADEMIA, 2023). O NSE ajuda a identificar desigualdades educacionais e pode orientar investimentos futuros que contribuam para uma sociedade mais equitativa. Deste modo, a escola em questão, foi classificada como NSE 5, Médio Alto.

Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão acima da média nacional do Inse. Considerando a maioria dos estudantes, a mãe/responsável tem o ensino médio completo ou ensino superior completo, o pai/responsável tem do ensino fundamental completo até o ensino superior completo. A maioria possui uma geladeira, um ou dois quartos, um banheiro, wi-fi, máquina de lavar roupas, freezer, um carro, garagem, forno de micro-ondas. Parte dos estudantes deste nível passa a ter também dois banheiros. (INEP, 2021, pág. 11)

Nas pesquisas educacionais o debate sobre classes e classificação a partir da análise das condições socioeconômicas é um tema central pois a educação tem uma forte relação com nível socioeconômico e cultural das famílias, confirmada por ampla evidência empírica no mundo e no Brasil desde os anos 1960 (QEDUACADEMIA, 2023).

Em entrevista com a coordenadora da instituição e residente da cidade, ela pontuou que após o decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020 a escola suspendeu suas aulas presenciais, mas a fim de não perder os laços com os alunos enquanto, em meio às incertezas do período, esperavam uma posição da SEEDF a instituição optou por manter contato com as famílias através de aplicativos de mensagens instantâneas como *Whatsapp* e *Facebook*, por onde eram enviados pelos professores da instituição vídeos educativos gravados por eles, como, por exemplo, contação de

³ O NSE abrevia as características dos indivíduos em relação à sua renda, ocupação e escolaridade, permitindo fazer análises de classes de indivíduos semelhantes em relação a estas características, neste caso, os indivíduos foram reunidos apenas por escola. Trata-se de um valor dado em uma escala de 0 a 10, separado em sete níveis qualitativos: “Mais Baixo”, “Baixo”, “Médio-baixo”, “Médio”, “Médio Alto”, “Alto” e “Mais Alto” (QEDUACADEMIA, 2023).

histórias e sugestões de atividades relacionadas aos conteúdos para cada etapa de ensino, como orientado posteriormente pelo MEC/CNE.

Foi durante esta tentativa de trazer para perto os alunos que, segundo a coordenadora da instituição, foi possível identificar os alunos que possuíam e os que não possuíam aparelhos eletrônicos (como celular, tablet e computador) e acesso à internet banda larga para garantir esse contato e a possibilidade de um possível retorno do ano letivo de forma remota. Esta condição, inclusive, foi apontada pela coordenadora, como a maior dificuldade encontrada pela instituição neste período. Foi optado também pela entrega de material impresso, material este que seria utilizado pelos professores durante o período letivo, mas ainda assim era difícil manter a comunicação com as famílias para que estes pudessem ir até a escola e recolher essas atividades. Toda essa mobilidade foi feita para tentar manter o mínimo de atividades escolares e engajamento dos estudantes enquanto não vinha, da SEEDF, uma posição em relação a como seria o restante do ano letivo diante deste cenário.

A dificuldade de acesso às tecnologias não vinha apenas das famílias dos alunos, mas também por parte dos docentes, visto que não eram todos que dispunham de computadores ou notebooks para realização das aulas remotas, então tiveram que adquirir aparelhos eletrônicos para ser utilizado como ferramenta de trabalho.

Com a informação da futura adesão do ensino remoto publicado pelo parecer de 28 de abril, pelo MEC junto ao CNE, a comunidade escolar, sabendo das condições dos seus alunos, uniu-se em uma campanha para doação de aparelhos eletrônicos aos alunos que não tinham acesso a tais tecnologias, foram arrecadados e doados algumas unidades de celulares e tablets às famílias cujo os pais buscaram apoio da instituição.

Com o início do uso da plataforma Escola em Casa, a instituição optou por padronizar suas aulas de maneira que todas fossem síncronas, ao vivo, para todas as turmas através da plataforma de reuniões online Google Meet, mas cada professor podia se organizar da forma que entendesse que seria melhor para seu grupo de pais e alunos. Alguns optaram por, além do uso da plataforma, continuar contato através de grupos no Whatsapp, outros sentiram que a plataforma da sala de aula virtual já atendia de maneira satisfatória, buscando sempre a melhor forma de atingir os alunos. Os alunos que não possuíam acesso de forma alguma, tinham a possibilidade de ir até a escola buscar pelas atividades propostas pelo professor de maneira impressa.

Acontece, que, segundo a coordenadora, alguns alunos que precisavam desse acompanhamento não puderam participar destas atividades, nem de forma remota, nem com a busca das atividades escolares. Ela define que há na instituição crianças que têm a educação negligenciada pelos pais, e justamente essas crianças que antes da instauração da pandemia a escola já encontrava dificuldade de apoio com as famílias, neste momento de fragilidades, com essas crianças em específico, a escola teve empecilhos maiores, sendo necessário até a ida da própria coordenadora da instituição à residência da família para entrega de materiais para estudo.

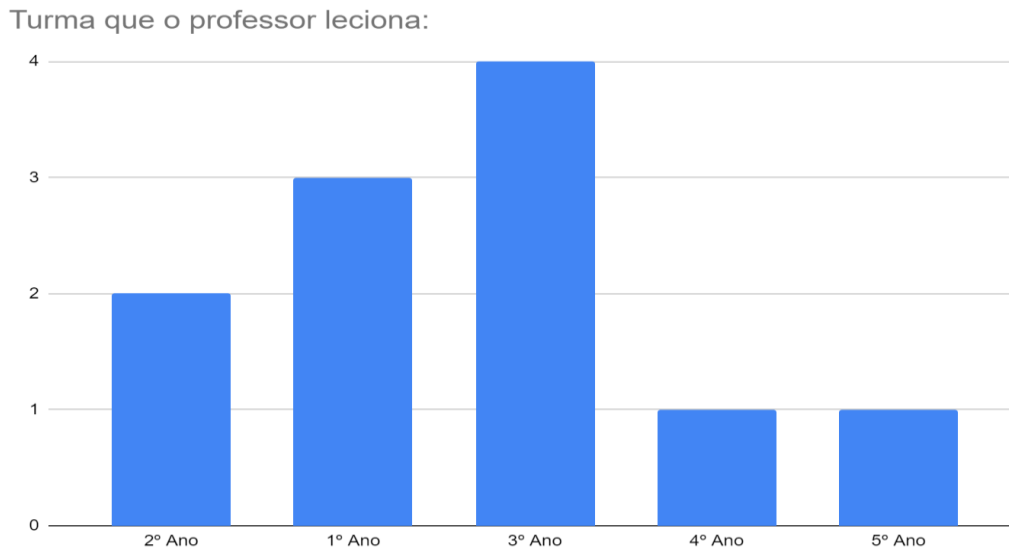
Sabendo que cada aluno tem sua particularidade, seu tempo e suas dificuldades e que com essa nova modalidade de ensino fica muito mais difícil identificar essas questões o maior objetivo da implementação das atividades remotas pela instituição, segundo a coordenadora, era amenizar os impactos educacionais aos alunos, para que em seu retorno presencial houvesse, ao menos, o mínimo para a continuidade ao conteúdo, como disciplina e costume ao horário de estudo.

2.4. Dados da Pesquisa

Sendo assim, foi aplicado um questionário online através da plataforma Google Forms aos 23 professores da escola, onde foi obtido a resposta de 11 desses docentes do Ensino Fundamental 1 desta EC. O questionário possui 7 questões, sendo 2 delas discursivas e 5 objetivas que serão estudados a seguir.

A pesquisa, voltada para professores do EF1, contou com a participação de 11 docentes, sendo destes, como mostra o gráfico, três do 1º ano, dois do 2º ano, quatro do 3º ano, um do 4º ano e um do 5º ano.

Gráfico I: TURMA QUE O PROFESSOR LECIONA.



Fonte V: ELABORADO PELA AUTORA (2023).

Acerca da decisão da escola em manter contato com as famílias via whatsapp até o posicionamento da SEEDF, e, posteriormente, a adesão ao ensino remoto pelo Escola em Casa foi perguntado aos docentes a opinião sobre a decisão tomada pela instituição, se consideravam ou não a mais correta.

D1- Não , preferia que o governador desse o ano ao invés de jogar dever e as crianças não aprenderem nada .

D2- Com o uso da tecnologia, os estudantes tiveram maiores possibilidades de aprendizado

D3- Sim.

D4- Sim a mais correta, pois assim preveniu um contágio em grande escala e com isso cuidando das nossas crianças.

D5- Sim. Porque não teríamos outra forma de realizar o trabalho.

D6- Sim

D7- Talvez, porque ficar esperando a secretaria de educação chover no molhado seria perder a fé.

D8- Sim. Os estudantes mantêm a aprendizagem

D9- Sim. É necessário manter o vínculo dos educandos com a escola e professores.

D10- sim
D11- sim

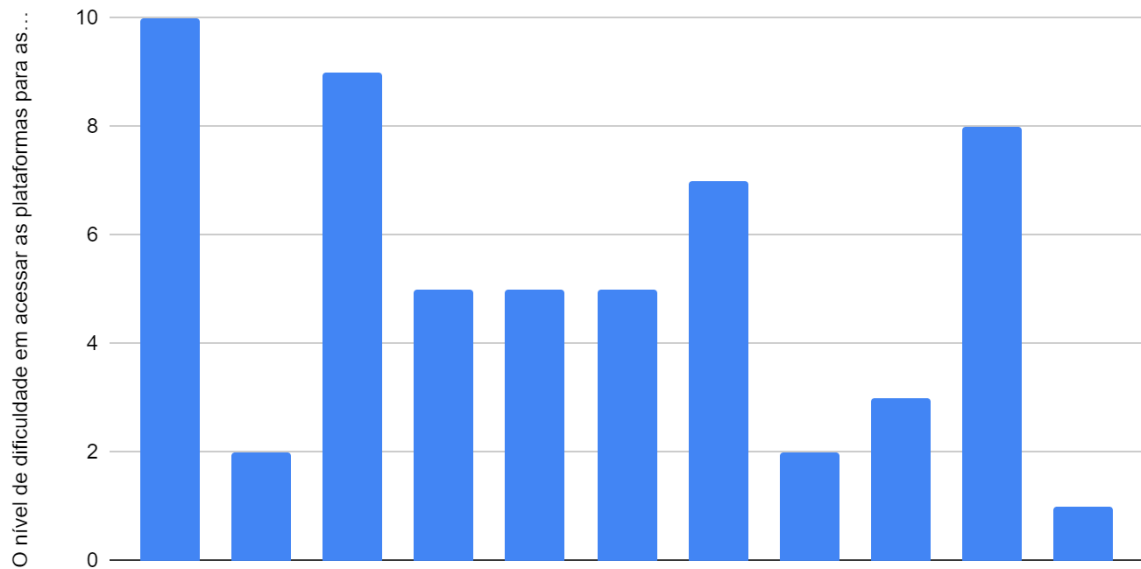
Oito dos 11 participantes, ou seja, 72,72% afirmaram com um “sim”, que acreditaram que esta foi a decisão correta a se tomar diante do cenário pandêmico que se fazia presente. Entre os que justificaram, destaca-se o Docente 2 (D2) entende que “Com o uso da tecnologia os estudantes tiveram maiores possibilidades de aprendizado”, percebendo que era a forma que, de acordo com o cenário, podia ser trabalhado usando a tecnologia a favor da educação a fim de minimizar os impactos causados pela Covid-19.

O Docente 7 (D7) diz que porventura pode ter sido a melhor decisão, e usa o termo “chover no molhado” para falar sobre o posicionamento da SEEDF, uma expressão figurativa que significa “ser redundante”, provavelmente dizendo respeito a falta de algo concreto onde os professores pudessem se apoiar com eficácia durante este período, diz, também, que ficar esperando mais do mesmo sem tomar uma atitude seria perder a fé. Apenas um professor, o Docente 1 (D1) manifestou-se contra a adoção do ensino remoto e insistência na continuidade remota do ano letivo, segundo este docente, ele preferiria que o governo “desse o ano”, ou seja, renunciasse a educação escolar enquanto houvesse a pandemia, alegando que desta maneira não existe aproveitamento no ensino às crianças. Já na fala dos Docentes 4, 5, 8 e 9 (D4, D5, D8 e D9) percebe-se a crença na importância de manter vínculos com os educandos, manter a aprendizagem e dar continuidade no trabalho desenvolvido, além de cuidar da saúde das crianças.

A respeito à acessibilidade aos recursos tecnológicos, como disponibilidade de aparelhos eletrônicos e acesso à internet, foi pedido aos docentes que classificassem sua realidade de 0 a 10, sendo 0 para nenhuma dificuldade e 10 para muita dificuldade.

Gráfico II: NÍVEL DE DIFICULDADE EM ACESSAR PLATAFORMAS PARA AS AULAS ONLINE.

O nível de dificuldade em acessar as plataformas para as aulas online (acesso a internet, disponibilidade de aparelhos eletrônicos, entre outros)



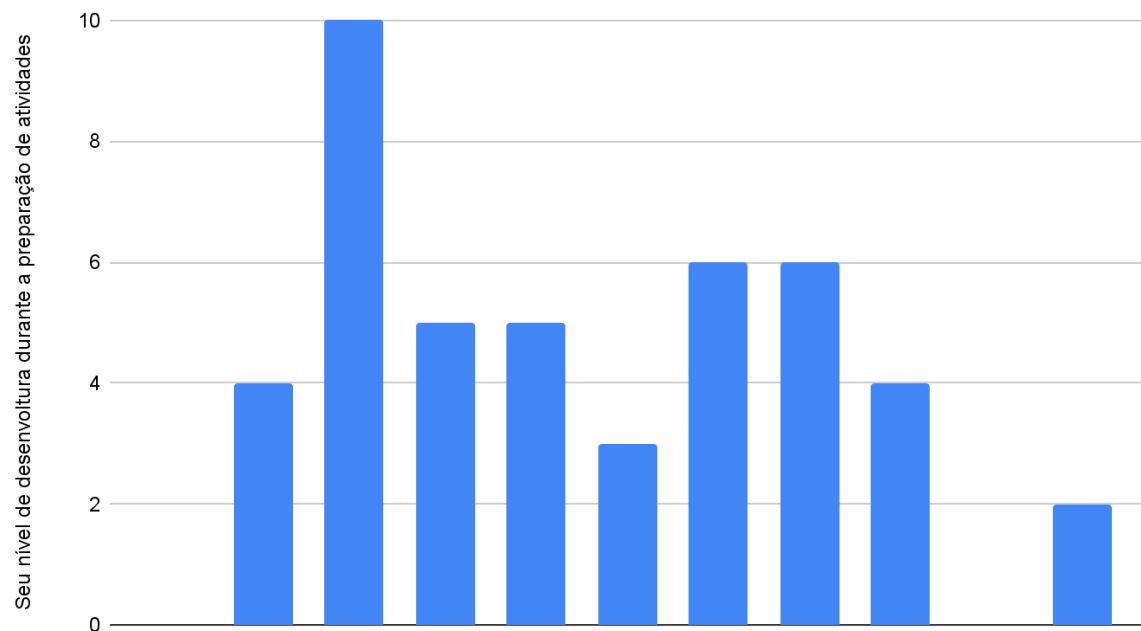
Fonte VI: ELABORADO PELA AUTORA (2023).

Foi calculada uma média de 5,18 no nível de dificuldade no acesso às plataformas no que diz respeito à disponibilidade de aparelhos eletrônicos. Como dito anteriormente, a dificuldade no acesso não vinha apenas dos alunos, mas também pela parte dos docentes, visto que não eram todos que dispunham de computadores ou notebooks para realização das aulas remotas, então tiveram que adquirir como ferramenta de trabalho para dar continuidade nas aulas.

A questão a seguir, diz respeito à desenvoltura que os docentes tiveram em relação à preparação de atividades para serem aplicadas de forma remota. Em uma escala de 0 a 10, sendo 0 para “tive muitas dificuldades” e 10 para “consegui com facilidade”, tivemos, então, uma média de 4,09.

Gráfico III: NÍVEL DE DESENVOLTURA DURANTE A PREPARAÇÃO DE ATIVIDADES REMOTAS.

Seu nível de desenvoltura durante a preparação de atividades remotas:



Fonte VII: ELABORADO PELA AUTORA (2023).

Podemos inferir que ter acesso às tecnologias digitais não significa que os docentes tivessem familiaridade com o uso destas nos processos de ensino e aprendizagem. Visto que, como já dito anteriormente, no Brasil, em sua maioria, não há instituída uma cultura de utilização das tecnologias como recurso do cotidiano para contribuir com a formação dos estudantes. Fica nítido, se repararmos, como o Docente 1 (D1) respondeu as duas últimas questões, quando afirmou não ter nenhuma dificuldade com acesso e disponibilidade de tecnologias, mas muita dificuldade na preparação de atividades para o ensino remoto.

De forma mais generalista, a próxima questão trouxe à tona o maior motivo para a implementação do ensino remoto, a manutenção das atividades para assegurar que não fosse interrompido o processo de ensino-aprendizagem e que houvesse aproveitamento.

A avaliação deu-se em uma escala de 0 a 10 sendo 0 para insatisfeito e 10 para muito satisfeito. Calculou-se uma média de 4,36.

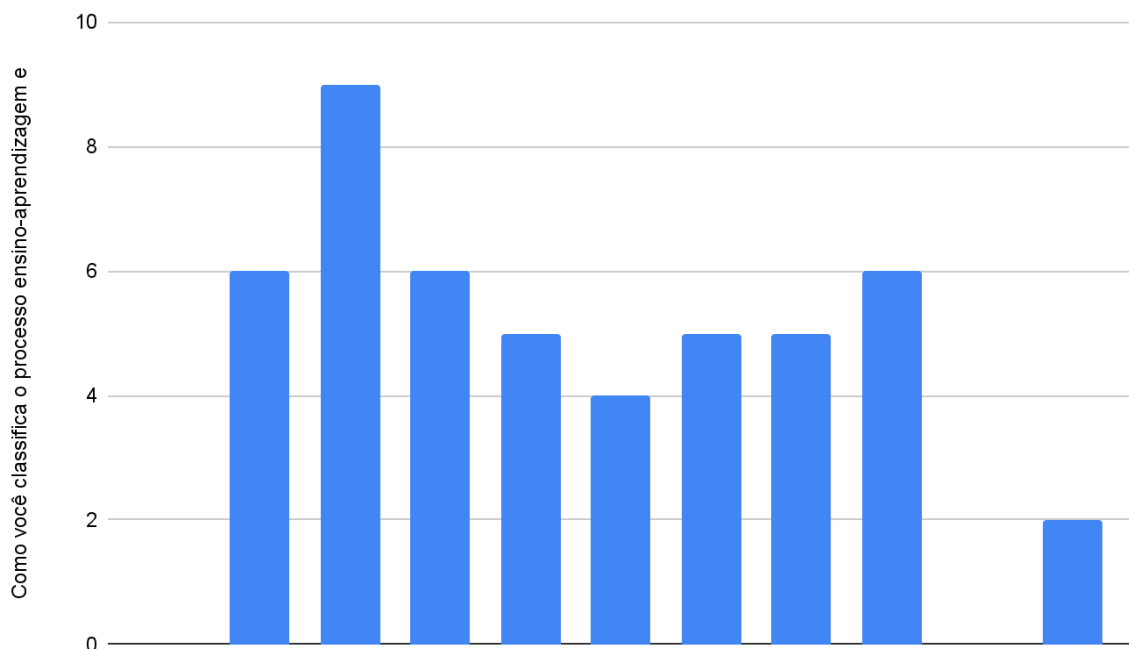
Observa-se que houve docentes que classificaram como 0 o processo de ensino-aprendizado e aproveitamento do ensino remoto e apenas 1 professor classificou como 9. O docente que melhor avaliou o processo de aprendizagem e

aproveitamento como satisfatório, o Docente 3 (D3) nota-se que nas questões anteriores disse ter muita facilidade em elaborar atividades remotas, assim como ter facilidade de acesso à internet e aparelhos eletrônicos.

Os que classificaram este processo como insatisfatório (D1 e D10) também não conseguiram se adaptar às atividades remotas e avaliaram como um processo com muitas dificuldades na questão anterior, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico IV: CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E APROVEITAMENTO DE TURMAS NO ENSINO REMOTO.

Como você classifica o processo ensino-aprendizagem e aproveitamento de suas turmas no ensino remoto?



Fonte VIII: ELABORADO PELA AUTORA (2023).

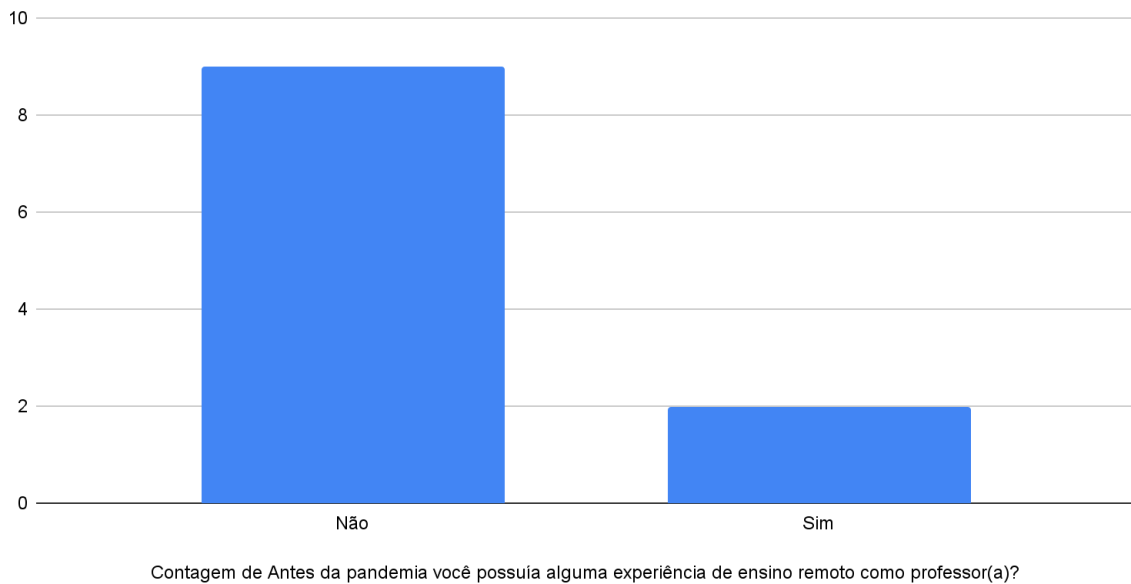
Dos 11 participantes da pesquisa apenas 2 relataram já ter tido experiência com ensino remoto de alguma forma ao longo da sua carreira docente. Os docentes que afirmaram essa experiência são os Docentes 4 e 11. (D4 e D11)

Observa-se, no caso do D11, avaliando os resultados anteriores que, apesar de ter tido experiência isso não anulou suas dificuldades, haja vista, que na questão anterior que dizia respeito à desenvoltura na preparação das atividades e na questão V, avaliou o processo de ensino-aprendizagem e aproveitamento ambos com nota 2.

Já o D4, apresentou resultados medianos ao longo da pesquisa, não sendo possível, assim, aferir o impacto da experiência com educação remota anterior com a atual .

Gráfico V: EXPERIÊNCIA DOS PROFESSORES COM O ENSINO REMOTO ANTES DA PANDEMIA.

Antes da pandemia você possuía alguma experiência de ensino remoto como professor(a)?



Fonte IX: ELABORADO PELA AUTORA.

Por fim, a última questão do questionário tinha como objetivo entender o maior desafio que os professores encontraram no durante o processo de isolamento social. Percebe-se que a incerteza, a falta de afeto e as dificuldades com o uso das tecnologias se destacaram nesses discursos.

Como profissional , qual tem sido o maior desafio encontrado por você durante o isolamento social?

D1: Ter que ensinar o que não sei ...
D2: Trabalhar sem ter o o afeto, carinho E avaliar o aprendizado.
D3: Ter tudo online, não poder abraçar quem amamos.
D4: A participação ativa dos alunos.
D5: Superar as dificuldades com relação ao uso da tecnologia como instrumento de trabalho.

D6: As aulas remotas, muito estressante.
D7: Ter certeza do amanhã.
D8: A falta de apoio e empenho dos pais em lidar com o novo. Muitos acessam o WhatsApp mas têm dificuldades para acessar outras ferramentas como o Google Classroom e o Google Meet.
D9: Alguns alunos permanecem inacessíveis por falta de internet e, alguns, até mesmo de celular.
D10: Muitos
D11: muitos

Nota-se que cada docente trouxe um posicionamento diferente, deixando claro que apesar de todos estarem no mesmo contexto, de ensino remoto, na mesma instituição cada um teve seus desafios, suas dificuldades e inseguranças particulares. O Docente 1 (D1) trouxe a dificuldade de ensinar o que não se sabe, infere-se que ele traz à tona a questão da utilização e dominação das plataformas digitais, assim como os Docentes 5 e 6 (D5 e D6) que pontuam, também, o uso da tecnologia como instrumento de trabalho e como foi estressante essa adaptação. O que percebemos com a formação deste trabalho que é algo comum, visto que foi implementado de maneira apressada, sem tempo hábil de formação, visto que cada docente tinha uma bagagem tecnológica diferente.

Os Docentes 2, 3 e 4 (D2, D3 e D4), pontuaram como maior desafio a falta do contato físico com os alunos, a falta de afeto, e a necessidade de avaliar a distância, avaliação essa que se torna muito mais complexa pois é feita, pela primeira vez, através de fotos e vídeos dos alunos enviados pelos pais, acompanhar e avaliar um aluno via câmera não é uma tarefa simples.

O Docente 9 (D9) apontou como maior desafio a dificuldade de acesso aos educandos e, como já pontuado, esse foi o maior obstáculo apontado pela coordenadora durante o período de isolamento social e ensino remoto. Enquanto o Docente 8 (D8) trouxe o problema da formação tecnológica dos pais que por se tratarem de crianças do EF1 são dependentes dos pais para a realização das atividades propostas pelos professores. Se estes não têm conhecimento tecnológico necessário inviabiliza, ou no mínimo dificulta, que as aulas síncronas acontecessem.

Por fim, os Docentes 10 e 11 (D10 e D11) não enumeraram seus desafios mas as descreveram como “muitos”, o que aconteceu de fato, visto as novas necessidades

impostas pela pandemia da Covid-19 afetou a todos. E como dito pelo Docente 7 (D7), a falta da certeza do amanhã foi um grande desafio que assombrou não só alunos e professores, mas o mundo como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 foi um evento global que teve início no final de 2019 e se estendeu por vários anos por todo o mundo. Causada pelo vírus SARS-CoV-2, a doença se espalhou rapidamente de pessoa para pessoa, levando a uma crise de saúde pública sem precedentes. A pandemia resultou em milhões de casos de infecção e mortes em todo o mundo, sobrecarregando os sistemas de saúde e causando impactos significativos nas economias, educação e vida cotidiana das pessoas. Ela ainda trouxe consigo uma série de medos que permearam a sociedade de forma abrangente. O medo da doença em si se instaurou, uma vez que a Covid-19 é altamente contagiosa e pode levar a complicações graves e até mesmo à morte. Esse medo gerou uma preocupação constante com a saúde própria e a de entes queridos, levando as pessoas a adotarem medidas de distanciamento social, uso de máscaras e higienização rigorosa das mãos e os governantes a decretarem medidas de isolamento social e lockdown.

Atrelado às inseguranças que uma pandemia traz consigo, as orientações e protocolos de segurança relacionados à esta foram mudando rapidamente ao longo de um curto espaço de tempo, revelando a impotência e incertezas que tínhamos acerca desta nova realidade.

A interrupção abrupta das aulas presenciais e a implementação da nova modalidade de ensino trouxe inúmeros desafios e incertezas a toda comunidade escolar, pois tratou-se de um novo modelo de ensino do qual ninguém estava habituado nem preparado, encontrando-se com as dificuldades de adaptação e a falta de acesso igualitário à tecnologia.

A desigualdade digital se tornou um desafio significativo durante a pandemia. Nem todos tiveram e têm acesso a dispositivos eletrônicos, internet de qualidade e possuem habilidades digitais adequadas. Isso resultou em uma exclusão digital, onde muitas pessoas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, não puderam usufruir da tecnologia durante o período de isolamento

social. Exclusão social refere-se à disparidade no acesso e na utilização das tecnologias da informação e comunicação (TICs) na sociedade. Isso ocorre quando certos grupos ou indivíduos enfrentam barreiras que os impedem de aproveitar os benefícios das TICs, como acesso à internet, dispositivos eletrônicos e habilidades digitais. A exclusão digital pode acentuar desigualdades socioeconômicas, limitar o acesso a informações cruciais, oportunidades educacionais e econômicas, bem como restringir a participação em processos sociais e políticos cada vez mais dependentes da tecnologia. Os estudantes de famílias com menor renda enfrentaram dificuldades para acessar a educação online acentuando as desigualdades educacionais devido à falta de recursos tecnológicos e apoio adequado.

A pandemia da Covid-19 serviu como um lembrete doloroso das profundas desigualdades sociais existentes em nossa sociedade. A superação dessas desigualdades requer ações coordenadas e políticas inclusivas, com foco na proteção dos direitos humanos, no fortalecimento dos sistemas de saúde, na garantia de igualdade de acesso a recursos e serviços essenciais para todos os indivíduos, além de enfrentar as desigualdades sociais e tecnológicas de forma abrangente, para que ninguém seja deixado para trás no mundo cada vez mais conectado digitalmente. A equidade no acesso à tecnologia é fundamental para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

O fechamento das escolas, embora necessário para a contenção da propagação do vírus, evidenciou a importância da educação presencial para crianças do EF1 e revelou que, com o avanço tecnológico e a popularização dos dispositivos eletrônicos, vê-se a necessidade das escolas do DF explorarem cada vez mais o potencial dessas ferramentas para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, tanto no processo de formação de professores quanto nas atividades realizadas em sala de aula. Estas tecnologias podem proporcionar uma variedade de recursos e informações que complementam e ampliam os conteúdos abordados em sala de aula. Ao explorar as potencialidades das tecnologias, a comunidade escolar é incentivada a desenvolver habilidades essenciais para a sociedade atual do século XXI.

REFERÊNCIAS

Academia Brasileira de Letras. **Qualiquantitativo**. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova->

palavra/qualiquantitativo#:~:text=Defini%C3%A7%C3%A3o%3A,de%20estat%C3%A Dsticas%20e%20dados%20num%C3%A9ricos>. Acesso em: 12 jul. 2023.

AGOSTINI, I. **Plano de volta às aulas e outras novidades da Educação serão tema de live hoje às 19h** - Agência Brasília. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/05/20/plano-de-volta-as-aulas-e-outras-novidades-da-educacao-serao-tema-de-live-hoje-as-19h/>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

ARQUIVO GERAL. Jornal de Brasília. **Ceilândia 47 anos: história, cultura e muita festa**. Disponível em: <<https://jornaldebrasilia.com.br/brasilia/ceilandia-47-anos-historia-cultura-e-muita-festa/>>. Acesso em: 1 jul. 2023.

BRASIL, LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art. 80. **Diário Oficial da União**. 20 dez. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). IFB: Ceilândia 51 anos: **A cidade mais populosa do DF mostra a importância da cultura e da educação**. Disponível em: <<https://www.ifb.edu.br/reitori/30039-ceilandia-51-anos-a-cidade-mais-populosa-do-df-mostra-a-importancia-da-cultura-e-da-educacao>>. Acesso em: 1 jul. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Painel de casos de doenças pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde**. 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em 07 fev. 2023.

BRASIL, Secretaria de Economia do Distrito Federal. **PROJEÇÕES POPULACIONAIS PARA AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL 2020-2030 - RESULTADOS**. Dispos/Codeplan. Abril de 2022. Brasília - DF.

BRASIL, Secretaria de Estado da Educação (SEEDF). **Escolas da rede pública de ensino do DF**. Disponível em: <<https://www.educacao.df.gov.br/escolas/>>. Acesso em: 1 jul. 2023.

BRASIL, Secretaria de Estado da Educação (SEEDF). **História da Ceilândia – Administração Regional de Ceilândia**. Disponível em: <<https://www.ceilandia.df.gov.br/2019/11/08/historia-de-ceilandia/>>. Acesso em: 1 jul. 2023.

BRASIL, SUBSECRETARIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (EAPE). **Inscrições Curso Produção de Material Didático (retomada das ações formativas)**. Disponível em: <<https://eape.se.df.gov.br/inscricoes-cursos-eape-retomada-das-acoes-formativas/>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. **Diário Oficial da União**, 20 mar. 2020.

BRASIL. Decreto nº 40.506, de 11 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional

decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 20 mar. 2020.

BRASIL. Decreto nº 40.519, de 14 de março de 2020. Dispõe sobre a vigilância epidemiológica e a necessária comunicação, por hospitais e laboratórios, às autoridades sanitárias do Distrito Federal, dos laboratórios que realizam os exames clínicos para a descoberta do COVID-19, no âmbito do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 14 mar. 2020.

BRASIL. Decreto nº 40.538, de 19 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 19 mar. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 25 mai. 2017.

BRASIL. **Diário Oficial da União**, 01 abr. 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001. Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 11 set. 2001.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Saeb 2019: indicador de nível socioeconômico do Saeb 2019: nota técnica**. Brasília, DF: Inep, 2021.

BRASIL. **Mapas – Administração Regional de Ceilândia**. Disponível em: <<https://www.ceilandia.df.gov.br/category/sobre-a-ra/mapas/>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia**. 07 de jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria n.º 544, de 16 de junho de 2020. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, ed. 114,p. 62. 16 jun. 2020. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Como se proteger?** Brasília, 08 abr. 2021. Ministério da saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-se-proteger>. Acesso em: 03 fev. 2023.

BRASIL. PORTARIA Nº 129, DE 29 DE MAIO DE 2020, **Institui o Programa Escola em Casa DF.**

Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Disponível em: <https://campanha.org.br/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CONASS. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Vacinação contra a COVID-19.** Disponível em: <https://www.conass.org.br/vacinacovid19/>.

BRASIL. Portaria nº158, de 10 de julho de 2020. Aprova os calendários escolares reorganizados para o ano letivo de 2020. **Diário Oficial da União**, 14 de jul. 2020. Disponível em:

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/BaixarArquivoDiario.aspx?id_file=21fa6a56-dfe6-3c75-a98f-e8d89b0e5abc/ Acesso em: 12 jul. 2023

CONASS. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Vacinação contra a COVID-19.** Disponível em: <https://www.conass.org.br/vacinacovid19/>.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto /** John W. Creswell ; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed,2007. 248 p.: il. ;23cm. ISBN 978-85-363-0892-0

DUTRA, F. **Cinco cidades concentram quase 50% da extrema pobreza no DF. Veja o mapa.** Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/cinco-cidades-concentram-quase-50-da-extrema-pobreza-no-df-veja-o-mapa>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

FERRAZ, R. **Volta às aulas: confirma os novos calendários escolares** - Agência Brasília. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/07/15/volta-as-aulas-confirma-os-novos-calendarios-escolares/>>. Acesso em: 1 jul. 2023.

FIALHO, L. F. M.; NEVES, V. N. S. **Professores em meio ao ensino remoto emergencial: repercussões do isolamento social na educação formal.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 48, e260256, 2022.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. O que é uma pandemia. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em 07 fev. 2023.

FONSECA, R. P.; SGANZERLA, G.C.; ENÉAS, L. V. **Fechamento das escolas na pandemia de Covid-19: impacto sócio emocional, cognitivo e de aprendizagem.** Debates em Psiquiatria [Internet]. 1º de dezembro de 2020 [citado 7º de fevereiro de 2023];10(4):28-37. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/23>

FREDSON C. N. **App do Escola em Casa DF chega gratuito na próxima semana** - Agência Brasília. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/06/24/app-do-escola-em-casa-df-chega-gratuito-na-proxima-semana/>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

GILÓ, N. **Ceilândia é o caldeirão cultural do DF; conheça artistas da cidade.** Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2021/03/4914408-ceilandia-e-o-caldeirao-cultural-do-df-conheca-artistas-da-cidade.html>>. Acesso em: 1 jul. 2023.

GLOBO. Globo Comunicação e Participações S.A. **Entenda o que é “lockdown”.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/06/entenda-o-que-e-lockdown.ghtml>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

GLOBO. Globo Comunicação e Participações S.A. **Há um ano, SP vacinava 1ª pessoa contra Covid no Brasil; veja o que mudou e projeções para o futuro.** São Paulo, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/01/17/ha-um-ano-sp-vacinava-1a-pessoa-contracovid-no-brasil-veja-o-que-mudou-e-projecoes-para-o-futuro.ghtml>

GUEDES, L. E.; SORJ, B., **Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas**, Rio de Janeiro, 2005.

JÚNIOR. H. **R\$21,5 milhões investidos na reforma das escolas de Ceilândia em 2022.** Agência Brasília. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2022/10/19/r-215-milhoes-investidos-na-reforma-das-escolas-de-ceilandia-em-2022/>>. Acesso em: 1 jul. 2023.

KHALIL, O.A.K.; KHALIL, S.S. **SARS-CoV-2: Taxonomia, Origem e Constituição / SARS-CoV-2: taxonomy, origin and constitution.** Rev Med (São Paulo). 2020 set.-out.;99(5):473-9. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v99i5p473-479>.

MARQUES, W. (2021). **PROFESSORES E ALUNOS NÃO ESTAVAM PREPARADOS PARA O ISOLAMENTO SOCIAL E ENSINO DE FORMA NÃO PRESENCIAL: E AÍ, COMO FICA, FICOU, TEM FICADO OU VAI FICAR?.** *Revista Práxis*, 3, 32–55. <https://doi.org/10.25112/rpr.v3.2579>

MEDEIROS, D. M. **A JORNADA DE TRABALHO DOCENTE NO DISTRITO FEDERAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: desafios para o ensino público.** Livro Educação Pública no DF durante a pandemia da COVID 19, p. 29 - 42, setembro, 2021

MIRANDA, E. M. C.; Rocha, B. P. A.; Machado, L. C. & Cordeiro, M. P. S. (2021). **FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19 – VISÃO DOS DOCENTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.** *Revista Práxis*, 3, 336–356. <https://doi.org/10.25112/rpr.v3.2500>

NASCIMENTO, G. **CEILÂNDIA E MEMÓRIAS DE VIDA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A História do Lugar na Formação do Trabalhador e da Trabalhadora.** Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2019.

OLIVEIRA, A.; LUCAS, T.; IQUIAPAZA, R. **O que a pandemia da Covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução?** Texto & Contexto Enfermagem 2020, v. 29. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0106>. Acesso em 07 fev. 2023.

OLIVEIRA, E. A. **Ensino remoto: o desafio na prática docente frente ao contexto da pandemia.** Revista Educação Pública, v. 21, nº 28, 27 de julho de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/28/ensino-remoto-o-desafio-na-pratica-docente-frente-ao-contexto-dapandemia> Creat

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Histórico da pandemia de COVID-19.** OPAS, [s.l.], [s.d.]. Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos>. Acesso em: 03 fev. 2023.

PAVIANI, A. **Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências.** Espaço & Geografia, v. 10, n. 1, p. 1-22, 1997. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoedgeografi> a/index.php/espacoedgeografia/article/view/6. Acesso: julho de 2023.

PFEIL, J. N., **Qual a diferença entre distanciamento físico, isolamento e quarentena?** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/telessauders/perguntas/qual-a-diferenca-de-distanciamento-social-isolamento-e-quarentena/>

QEDU. **EC 13 DE CEILÂNDIA: Censo Escolar | QEDU: Use dados. Transforme a educação.** Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/53007735-ec-13-de-ceilandia/censo-escolar>. Acesso em: 12 jul. 2023.

QEDU. **Nível Socioeconômico (NSE).** Disponível em: <https://academia.qedu.org.br/glossario/nivel-socioeconomico-nse/?repeat=w3tc#:~:text=O%20NSE%20%C3%A9%20um%20valor,%E2%80%9D%20e%20%E2%80%9CMais%20Alto%E2%80%9D>. Acesso em: 12 jul. 2023.

RANGEL, S. D. S.; DAMIÃO, G. P.; PEIXOTO, N. M.; BARBARA, B. M. **Impacto do isolamento social devido a pandemia do coronavírus nas crianças.** Revista Científica da Faculdade de Medicina de Campos, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 49–52, 2022. DOI: 10.29184/1980-7813.rcfmc.570.vol.17.n1.2022. Disponível em: <https://revista.fmc.br/ojs/index.php/RCFMC/article/view/570>. Acesso em: 1 jul. 2023.

RIBEIRO M. R. **Sabores e ritmos de Ceilândia: o reduto nordestino da capital federal.** Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/sabores-e-ritmos-de-ceilandia-o-reduto-nordestino-da-capital-federal>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SILVA, M. L. **Os desafios enfrentados pela educação em tempos de pandemia.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 04, Vol. 02, pp. 134-145. Abril de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/enfrentados-pela-educacao>

SILVA, R.; PRADO, H.; SMOLE, K. **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**. 2022.

TATAGIBA, A. B. CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes. "" 3 ed. "" Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 205–208, 2012. DOI: 10.26512/les.v13i1.11610. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/11610>.

TONELLI, J. R. A.; SOARES, M. L. C. **O ENGAJAMENTO DE CRIANÇAS EM AULAS ONLINE**. *Revista Tecnologias Educacionais em Rede (ReTER)*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. e17/01–12, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reter/article/view/65311>. Acesso em: 31 jan. 2023.

UNICEF. **Crianças de 6 a 10 anos são as mais afetadas pela exclusão escolar na pandemia, alertam UNICEF e Cenpec Educação**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-de-6-10-anos-sao-mais-afetadas-pela-exclusao-escolar-na-pandemia>. Acesso em: 12 jul. 2023.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia. TelessaúdeRS (TelessaúdeRS-UFRGS). **Qual a diferença entre distanciamento físico, isolamento e quarentena?** Porto Alegre; 13 Jan 2022. Disponível em: https://www.ufrgs.br/telessauders/posts_coronavirus/qual-a-diferenca-de-distanciamento-social-isolamento-e-quarentena/

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Lincoln WHO, World Health Organization. **Conselhos sobre doença coronavírus (COVID-19) para o público**. 2023. Disponível em: https://www.who.int/pt/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=CjwKCAiAioifBhAXEiwApzCztsFNnHullJmwndel_3YeQmVHsFmC5VfA-LhYU5oWggAdTwZc4sgBoCdbEQAvD_BwE

WHO, World Health Organization. **Covid-19 vacinas**. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/pt/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/covid-19-vaccines>.

WHO, World Health Organization. **WHO Health Emergency Dashboard**. 2023. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em 07 fev. 2023.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Após concluir minha graduação em Pedagogia, almejo continuar minha educação, buscando especializações e aprimorando minhas habilidades pedagógicas. Acredito que a aprendizagem é um processo contínuo, e estou determinada a me manter atualizada sobre as práticas educacionais e seus impactos.

Anseio por um ambiente de trabalho colaborativo e estimulante, onde possa trabalhar ao lado de colegas comprometidos com a educação e onde meu papel como pedagogo seja valorizado e reconhecido. Espero que minha carreira em Pedagogia seja gratificante, tanto pessoal quanto profissionalmente, e que eu possa deixar uma marca duradoura no desenvolvimento educacional das gerações futuras.